

INVESTIGAÇÃO

Polícia Federal deve enviar ao Supremo, nos próximos dias, um documento complementar com informações aprofundadas sobre a participação de oficiais das Forças Armadas no plano para derrubar a democracia e instaurar um regime totalitário

Novo relatório contra militares

» RENATO SOUZA

A Polícia Federal deve enviar ao Supremo Tribunal Federal (STF), nos próximos dias, um relatório complementar sobre a tentativa de golpe de Estado que teve início em 2022 e culminou nos atentados de 8 de janeiro. O documento trará informações colhidas durante a Operação Contragolpe, deflagrada em novembro do ano passado e que revelou um suposto plano para matar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o

vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes.

O relatório deve conter informações mais aprofundadas sobre a participação de oficiais das Forças Armadas no plano para derrubar o sistema democrático e instaurar um regime totalitário. Trinta e sete pessoas foram indiciadas pela corporação por suposta participação na trama golpista, entre elas o ex-presidente Jair Bolsonaro, os generais Braga Netto e Augusto Heleno e o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência da República.

Durante a Operação Contragolpe, foram identificados outros nomes que estariam envolvidos nas articulações criminosas. Os investigadores avaliam se apresentam novos indiciamentos também.

O relatório da PF com os 37 indiciados está sob avaliação da Procuradoria-Geral da República (PGR), que deve apresentar denúncia ao Supremo no próximo mês. Porém, isso depende da necessidade ou não da realização de novas diligências.

A investigação tem como base

principal a delação de Mauro Cid, homologada pelo Supremo. Ele afirmou desconhecer, no entanto, a tentativa de assassinato das autoridades e disse não poder confirmar se Bolsonaro estava envolvido no comando das ações que pretendiam atentar contra a vida de políticos eleitos e do magistrado do Supremo.

Cid foi ouvido por Moraes sobre contradições que deu em depoimentos válidos pelo acordo de delação. Após uma audiência, em dezembro do ano passado, o magistrado entendeu que

as explicações foram satisfatórias e manteve a validade do acordo.

Ao recuperar arquivos que foram apagados do celular de Cid, a Polícia Federal encontrou informações que não foram reveladas por ele e que apontavam um plano para matar Lula, Alckmin e Moraes. A PGR pediu nova prisão de Cid, mas a solicitação foi rejeitada pelo ministro do STF.

O militar responde ao processo em liberdade, mas faz uso de tornozeleira eletrônica e deve cumprir outras medidas cautelares, como não manter contato

com outros investigados.

A PGR também deve enviar ao Supremo uma denúncia contra integrantes da cúpula da Polícia Militar do DF que teria contribuído, "por ação ou omissão", para a invasão das sedes dos Três Poderes em janeiro de 2023.

As diligências referentes aos integrantes da corporação que atua na segurança pública de Brasília estão avançadas. A avaliação é de que muitos dos oficiais em postos de comando sabiam dos riscos e atuaram para facilitar os ataques.

PF: Wajngarten tinha procuração de Bolsonaro sobre joias

» LUANA PATRIOLINO

A Polícia Federal afirmou ter encontrado novos elementos que demonstram a participação ativa de Fabio Wajngarten, ex-secretário de Comunicação de Jair Bolsonaro, no caso da venda de joias sauditas. Segundo sustenta o delegado Fábio Shor, no relatório enviado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), os indícios apontam que Wajngarten foi designado pelo ex-chefe do Executivo para transportar, de forma oculta, o kit ouro rosé, desviado do acervo público.

No relatório, a PF anexou procuração de Bolsonaro para Wajngarten, que autorizava o ex-secretário a transportar o kit de joias e duas armas recebidas da Arábia Saudita.

O contrato foi encontrado no celular de Marcelo Câmara, ex-assessor especial — também

indiciado no inquérito que apura o desvio dos presentes. A imagem foi capturada dois dias antes de Wajngarten ir para os Estados Unidos, em março de 2023.

"Fabio Wajngarten aderiu ao esquema criminoso, praticando atos executórios, dentro da divisação de tarefas estabelecidas pelos investigados, para recuperar as joias do denominado 'kit ouro rosé', com a finalidade de trazê-las para o Brasil, ocultando a localização e a movimentação das joias, assim como, escamotear os proventos auferidos por Jair Bolsonaro com a negociação dos demais itens desviados do acervo público", diz o documento assinado por Shor.

APF destaca o plano montado para esconder as joias. "A estratégia articulada pelos investigados era garantir que a versão falsa narrada aos órgãos de imprensa e, posteriormente, à própria Polícia Federal, de que as joias

estavam armazenadas na Fazenda Piquet, junto com os demais itens do acervo privado de Jair Bolsonaro, permanecesse hígida. Desta forma, precisavam trazer, de forma oculta, as joias para o Brasil, simulando uma entrega a partir da Fazenda Piquet", destaca trecho do relatório.

O inquérito se baseia em depoimento do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, que ocorreu em abril de 2023. A investigação apura se o ex-presidente e ex-assessores tentaram trazer ilegalmente presentes dados à União. A PF aponta que os bens teriam ido diretamente para o acervo pessoal do ex-chefe do Executivo.

De acordo com a investigação, as joias eram avaliadas por especialistas em leilões. Depois de leiloadas, Cid recebia o pagamento dos itens. Por fim, o dinheiro era encaminhado em espécie para Bolsonaro. Pelo caso,

foram indiciadas 12 pessoas.

Os itens foram vendidos nos EUA por assessores do ex-presidente, e o valor dos desvios, ainda de acordo com a corporação, é estimado em R\$ 6,8 milhões. Os agentes indicam que os investigados tinham "plena ciência das restrições legais da venda dos bens no exterior".

Por meio das redes sociais, Wajngarten negou relação com atividades ilegais: "Em nenhuma hipótese há qualquer envolvimento de minha parte além do assessoramento técnico que, desde o primeiro momento, foi de depositar tudo junto ao TCU cumprindo a determinação da época, bem como responder às questões de mídia e comunicação. A espetacularização de atos formais e naturais nada mais é do que atestar a inocência de todos os envolvidos diante da tentativa vazia de buscar culpados onde sequer existam ilegalidades".



Wajngarten assumiu missão de reaver joias vendidas ilegalmente, diz PF



O combate ao mosquito é pra já.



Para dúvidas ou denúncias, ligue 162 ou fale pelo WhatsApp 3410-9000



Se a gente não cuidar, a dengue pode matar.



Guarde garrafas com a boca virada para baixo.



Mantenha latas e sacos de lixo bem fechados.



Preencha os pratinhos dos vasos de plantas com areia.



Não deixe acumular água dentro de pneus ou outros objetos.